

02 - 09 | 2024

AVALIAÇÃO DO GRAU DE ALCANCE DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO PELO MÉTODO DA ABORDAGEM PATRIMONIAL

Evaluation of the degree of achievement financial balance using the equity approach method

Evaluación del grado de logro del equilibrio financiero mediante el método de equidad

Donaldo Martins Muganiuwa Francisco¹, Verónica Joaquim Sibinde Mpanda²

¹ Mestre em Finanças Empresariais pelo Instituto Superior de Gestão e Empreendedorismo Gwaza Muthini, Licenciado em Contabilidade e Finanças pela Universidade Eduardo Mondlane – Maputo, contabilista financeiro na IEM – Instalações Electromecânicas de Moçambique, SA. franciscodonaldo@gmail.com.

² Doutora em Inovação Educativa pela Universidade Católica de Moçambique, Especialista em Sistemas de Avaliação e Garantia da Qualidade de Ensino Superior; Mestre em Gestion Integrada Del conocimiento, El Capital Intelectual Y Los Recursos Humanos – Universidade A Politécnica de Madrid - CEPADE (Espanha), Docente no Instituto Superior de Ciências da Saúde. vsibinde@iscisa.ac.mz.

Autor para correspondência: franciscodonaldo@gmail.com

Data de recepção: 17-06-2024

Data de aceitação: 12-08-2024

Como citar este artigo: Muganiuwa, D. M., & Sibinde, V. J. (2024). Avaliação do grau de alcance do equilíbrio financeiro pelo método da abordagem patrimonial. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 1(4), pp. 3-16. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/6>.

RESUMO

Um elemento fundamental para o sucesso de uma empresa é ter a sua situação líquida financeira equilibrada, e isso pode se obter através de políticas tanto internas quanto de mercado, que a empresa pode adoptar. Equilíbrio financeiro é um tema muito interessante uma vez que este deve fornecer aos gestores o grau de estabilidade financeira que a empresa vive. O Objectivo deste estudo é avaliar o grau de alcance do equilíbrio financeiro através do uso da abordagem tradicional, para tal foram usadas as demonstrações financeiras da empresa Mugas Services, lda nos exercícios económicos de 2018 a 2020 como base de análise, pretendendo responder a seguinte pergunta: “qual é o grau de alcance do equilíbrio financeiro da empresa Mugas Services nos exercícios económicos de 2018 a 2020”. Para o alcance deste objectivo, e para responder a pergunta de

partida, recorreu-se a uma pesquisa descritiva seguindo um procedimento de análise documental, fundamentada num paradigma positivista, tendo sido definidas três grupos de variáveis, que são as dependentes, as independentes e as de controlo, neste estudo foi calculado além do fundo de maneo, rácios e/ou indicadores agrupados em 4 para cada exercício económico em estudo. Depois do cálculo e análise de todos os índices e rácios, ficou concluído que pela regra de equilíbrio financeiro mínimo, com base na abordagem patrimonial de equilíbrio financeiro, a empresa encontra-se à um nível de liquidez altamente favorável nos exercícios económicos de 2018 e 2019, e em 2020, a empresa apresenta uma situação de liquidez instável, o que leva a empresa a ter que melhorar alguns aspectos como ciclo de conversão de caixa, bem como na melhoria de políticas de rentabilização do activo.

Palavras-chave: Equilíbrio financeiro, Fundo de maneo, Liquidez, Rácios de financiamento.

ABSTRACT

A fundamental element for the success of a company is to have its net financial situation balanced, and this can be achieved through both internal and market policies that the company can adopt. Financial balance is a very interesting topic as it must provide managers with the degree of financial stability that the company experiences. The objective of this study is to evaluate the degree of achievement of financial balance through the use of the traditional approach, for this purpose the financial statements of the company Mugas Services, lda in the financial years from 2018 to 2020, were used as a basis for analysis, intending to answer the following question: “what is the level of financial balance achieved by the company Mugas Services in the economic years 2018 to 2020?” to achieve this objective, and to answer the starting question, a descriptive research was used following a document analysis procedure, based on a positivist paradigm, with three groups of variables having been defined, which are the dependent, the independent and the control, in this study, in addition to working capital, ratios and/or indicators grouped into 4 were calculated for each economic year under study. After calculating and analyzing all indices and ratios, it was concluded that by the minimum financial balance rule, based on the equity approach of financial balance, the company is at a highly favorable level of liquidity in the financial years of 2018 and 2019, and in 2020, the company has an unstable liquidity situation, which leads the company to have to improve some aspects such as the cash conversion cycle, as well as improving asset profitability policies.

Keywords: Financial balance, Working capital, Liquidity, Financing ratios.

RESUMEN

4

Un elemento fundamental para el éxito de una empresa es tener equilibrada su situación financiera neta, y esto se puede conseguir mediante políticas tanto internas como de mercado que la empresa pueda adoptar. El equilibrio financiero es un tema muy interesante ya que debe proporcionar a los directivos el grado de estabilidad financiera que experimenta la empresa. El objetivo de este estudio es evaluar el grado de logro del equilibrio financiero mediante el uso del enfoque tradicional, para ello se utilizarán como base los estados financieros de la empresa Mugas Services, Lda en los ejercicios económicos del 2018 a 2020 como base para el análisis, pretendiendo dar respuesta a la siguiente pregunta: “cuál es el nivel de equilibrio financiero alcanzado por la empresa Mugas Services en ejercicios económicos 2018 a 2020”. Para lograr este objetivo, y responder a la pregunta inicial, se utilizó la investigación descriptiva siguiendo un procedimiento de análisis documental, basado en un paradigma positivista, habiéndose definido en este estudio tres grupos de variables, que son dependientes, independientes y de control, además de para cada ejercicio económico en estudio se calcularon el capital de trabajo, ratios y/o indicadores agrupados en 4. Luego de calcular y analizar todos los índices y ratios, se concluyó que según la regla del balance financiero mínimo, basada en el enfoque del balance financiero patrimonial, la empresa presenta un nivel de liquidez muy favorable en los ejercicios económicos 2018 y 2019, y en el año 2020, la compañía presenta una situación de liquidez inestable, lo que lleva a la compañía a tener que mejorar algunos aspectos como el ciclo de conversión de efectivo, así como mejorar las políticas de rentabilidad de los activos.

Palabras clave: Equilibrio financiero, Capital de trabajo, Liquidez, Ratios de financiación.

INTRODUÇÃO

Onde nasce a ciência

O princípio da continuidade pressupõe que toda a empresa a quando da sua abertura, visa funcionar definitivamente, salvo disposição legal, contratual ou evidências em contrário. Neste sentido, “quando prepara as demonstrações financeiras o órgão de gestão deve fazer uma avaliação da capacidade da entidade em continuar com as suas operações”(PGC-NIRF 1, Parágrafo 18). Daí que mostra-se preponderante o papel da gestão na planificação e controlo dos recursos financeiros da empresa.

A análise de equilíbrio financeiro é essencial para que o gestor possa ter sustento no processo de tomar as decisões. Segundo Gitman (2009), independentemente do tamanho do negócio, administrá-lo envolve diferentes e importantes funções para que a empresa tenha sucesso e/ou vantagem face aos clientes e concorrentes, no entanto, tudo depende das finanças.

O estudo de equilíbrio financeiro é importante a medida que o seu cálculo trará clareza aos gestores, sócios e demais stakeholders sobre a lucratividade e liquidez da empresa, visto que com esse indicador, poder-se-á saber se o investimento realizado foi ou não recuperado, o nível de lucratividade de cada uma das linhas de actuação que a empresa opera, bem como se a empresa tem ou não capacidade de cumprir com suas obrigações de curto prazo dentro do tempo.

Equilíbrio Financeiro é de acordo com Silva (2010) a capacidade que a empresa tem de suprir todas as suas obrigações nos prazos determinado. Deste modo, para que a empresa continue a ter maior capacidade competitiva, e confiança dos stakeholders, é fundamental que se faça constantemente um estudo do equilíbrio financeiro bem como a planificação. Se a estrutura financeira da empresa estiver equilibrada, significa que a empresa tem capacidade de honrar com as suas obrigações a tempo, tendo assim, maior capacidade de negociação com fornecedores, o que

consequentemente fornecerá melhores produtos aos seus clientes tornando-se cada vez mais competitivas.

A empresa deve sempre garantir que apresente um fundo de maneo favorável, para desenvolver as suas actividades de forma normal e equilibrada. Um fundo de maneo favorável verifica-se quando os recursos financeiros cíclicos suprem as necessidades financeiras cíclicas.

Fundo de Maneio é na visão de Pires (2006), o conjunto de valores submetidos às transformações cíclicas de curto prazo e cujo destino normal, no final de cada ciclo de exploração, é a sua reutilização em novos ciclos, garantindo à empresa uma margem de segurança que lhe permita adequar, a todo o tempo, a cadência de transformação dos activos às exigências dos credores. Num outro entendimento, não contraditório, Pires (2006) define Fundo de Maneio como sendo a diferença entre os capitais circulantes e o exigível a curto prazo, ou seja, a parte do activo circulante que, estando fora da exigência imediata dos credores, aparece ligado à exploração.

As necessidades financeiras cíclicas correspondem às necessidades que a empresa possui para o regular funcionamento do seu ciclo de exploração e englobam, essencialmente, o crédito concedido aos clientes, adiantamentos a fornecedores e stocks de matérias e produtos. Os recursos financeiros cíclicos decorrem directamente do ciclo das operações de exploração e abrangem fundamentalmente ao crédito obtido dos fornecedores, o crédito obtido do Estado e da Segurança Social e aos adiantamentos de clientes” (carrilho et al, 2005, p. 83).

O estudo teve como base de recolha de dados a empresa Mugas Services nos exercícios económicos de 2018 a 2020, querendo responder a seguinte questão: “qual é o grau de alcance do equilíbrio

financeiro da empresa Mugas Services nos exercícios económicos de 2018 a 2020?” tendo sido estabelecido principal objectivo “avaliar o grau de alcance do equilíbrio financeiro da empresa Mugas Cervices nos exercícios económicos de 2018 a 2020”.

Revisão da literatura

- *Gestão Financeira*

A Gestão Financeira é um conjunto de processos, métodos e acções que permitem análise, controlo e planeamento das actividades financeiras de uma empresa.

Segundo Nunes (2009), o gestor tem a responsabilidade de tomar decisões relacionadas com a estrutura financeira da empresa, analisando os modos de financiamento do activo, capitais próprios e alheios, assentando-se sobretudo na apreciação das demonstrações financeiras da empresa e nos mapas elaborados a partir das mesmas.

Esperança & Matias (2009), ressaltam que a análise financeira tem como foco desenvolver o estudo da situação económica e financeira da empresa. Na análise da situação económica é feita a avaliação dos resultados e da situação económica, enquanto na análise financeira é avaliado o equilíbrio financeiro, autonomia financeira, solvabilidade e ciclo de exploração. O foco deste trabalho, é a análise da situação financeira.

- *Equilíbrio financeiro*

Equilíbrio financeiro é a capacidade que uma empresa tem de dar cobertura às suas obrigações no vencimento. Para Baptista & Andrade (2006), é vital a existência de equilíbrio financeiro para se garantir a estabilidade económico-financeira da organização.

- *Abordagem patrimonial*

Segundo Nabais & Nabais (2011), a abordagem patrimonial estuda o equilíbrio financeiro a partir da confrontação temporal da exigibilidade das responsabilidades com a liquidez dos respectivos activos.

Neves (2004), por sua vez, afirma que a abordagem tradicional baseia-se em alguns princípios orientadores que conduzem à análise de solvabilidade, de autonomia financeira, de liquidez e do fundo de maneiio: Quanto maior for o capital próprio e menor for o capital alheio, estará assegurado o equilíbrio financeiro; Verifica-se tanto mais equilíbrio quanto mais os capitais permanentes cobrirem os imobilizados e outros activos de carácter permanente; Quanto maior a rendibilidade do capital total em relação ao juro a pagar ao capital alheio, tanto melhor as condições de equilíbrio a longo prazo.

Segundo Neves (2004), a teoria tradicional propõe que a empresa reúne condições de estabilidade se a sua estrutura financeira se apresentar consistente e estiver simultaneamente garantida a rentabilidade em comparação com o custo do capital alheio. Assim, nessa abordagem, o fundo de maneiio é o indicador fundamental para a análise do equilíbrio financeiro.

Segundo Oliveira (2014), na abordagem tradicional, o equilíbrio financeiro poderá alcançar-se mediante seguintes premissas, as quais a não verificação das mesmas, a empresa está em desequilíbrio: Médio e longo prazo – Os capitais permanentes compostos por capitais próprios, e capitais alheios de médio e longo prazo devem ser equivalentes ao investimento em activo fixo, que engloba activos tangíveis e intangíveis, e os investimentos financeiros de baixa liquidez. Curto prazo – Os activos correntes compostos pela disponibilidade, inventários e dívidas de curto prazo com elevado grau de liquidez, possui um valor superior ao passivo corrente, que corresponde aos capitais alheios de curto prazo.

- *Fundo de maneiio*

O fundo de maneiio é na óptica de Pires (2006), o conjunto de valores submetidos às transformações cíclicas de curto prazo e cujo destino normal, no final de cada ciclo de exploração, é a sua reutilização em

novos ciclos, garantindo à empresa uma margem de segurança que lhe permita adequar, a todo o tempo, a cadência de transformação dos activos às exigências dos credores, podendo também ser compreendida como a diferença entre os capitais circulantes e o exigível a curto prazo, ou seja, a parte do activo circulante que, estando fora da exigência imediata dos credores, aparece ligado à exploração.

O valor do Fundo de Maneio deve ser relativamente superior ao valor da dívida a curto prazo. Assim, segundo Nabais & Nabais (2011), deve haver flexibilidade na cobrança de dívidas, os inventários devem estar sujeitos a uma gestão eficiente e conduzir a um montante de stocks reduzidos sem provocar ruptura na actividade e o alargamento do prazo médio de pagamento a fornecedores sem pôr em causa a imagem da empresa.

O fundo de maneio é obtido pela diferença entre os capitais permanentes e o activo fixo. Os capitais permanentes são os recursos fixos determinados pela política de financiamento, por exemplo os empréstimos de médio e longo prazo, e os activos fixos são o resultado das aplicações de investimento que são em função das decisões de investimento (RAMOS 2019, p 20).

Segundo Brandão (2012), o fundo de maneio pode ser estimado sob duas ópticas diferentes: a óptica de liquidez e a óptica de origem dos capitais. A óptica de liquidez, é a que lida com a parte dos activos correntes ou mais fáceis de conversão (fundo de maneio = Activo corrente – passivo corrente). A óptica de origem dos capitais lida com a parte do activo de difícil conversão (Fundo de maneio = Capitais permanentes – Activo não corrente)

Mota (2013), por sua vez, afirma que se o fundo de maneio for positivo, significa que a empresa utiliza o excesso dos capitais permanentes para financiar os activos correntes, e se o fundo de maneio for negativo, significa que parte do activo não

corrente está a ser financiado pelo passivo de curto prazo.

- *Regra de equilíbrio financeiro mínimo*

A regra de equilíbrio financeiro mínimo tem em vista minimizar o risco de ruptura de tesouraria, fazendo com que haja maior liquidez nos activos da empresa e menor exigibilidade dos capitais postos a disposição da empresa.

A regra do equilíbrio financeiro mínimo deriva do facto de os capitais permanentes serem iguais ou superiores aos activos fixos, o que, não se verificando, leva a que estes activos sejam financiados por capitais alheios com prazo de pagamento inferior ou igual a um ano. A não verificação desta regra pode resultar na asfixia da empresa, uma vez que o conjunto de activos com maior liquidez serão insuficientes para liquidar as obrigações com prazo inferior a um ano (Inácio, 2013, p 23).

Podemos com isso perceber que é verificado o equilíbrio financeiro mínimo quando existe uma igualdade ou superioridade do grau de liquidez face ao grau de exigibilidade das origens. “Esta regra procura garantir o financiamento do Activo de Curto Prazo (maior liquidez) pelos Passivos de igual vencimento (maior exigibilidade), bem como os Activos Fixos (menor liquidez) com Capitais Permanentes (menor exigibilidade)” (Inácio 2013, p 24).

Outros elementos que se tem que levar em consideração na determinação do equilíbrio financeiro mínimo são o prazo médio de pagamento (PMP) que corresponde ao tempo médio que a empresa tem de fazer face ao pagamento das dívidas a fornecedores e prazo médio de recebimento (PMR) que é o tempo médio que a empresa tem de fazer cobranças aos seus clientes. A capacidade da empresa de conciliar estes dois elementos vai trazer mais vantagens de liquidez para a empresa. Desta feita,

podemos usar a regra do equilíbrio financeiro mínimo em três cenários diferentes com três combinações para cada cenário, e três variáveis a utilizar:

Cenário 1: Fundo de maneo patrimonial igual a zero (FMP=0)

Neste cenário, o activo circulante é totalmente financiado pelo passivo de curto prazo, e o activo fixo é totalmente financiado pelo capital permanente (capital próprio e passivo de médio e longo prazo). Esta regra acaba sendo ineficiente a medida

que existe alguns elementos circulantes cuja rotação de transformação em disponibilidade é lenta quando comparada a transformação em exigibilidade das dívidas de curto prazo. O quadro abaixo apresenta uma visão da esquemática da regra do equilíbrio financeiro mínimo, quando fundo de maneo patrimonial é nulo.

Para análise do Equilíbrio Financeiro, numa situação em que o FMP=0, temos:

Quadro 1: FMP PMR e PMP Situação de equilíbrio financeiro

FMP	PMR e PMP	Situação de equilíbrio financeiro
FMP = 0	PMR = PMP	Liquidez Instável: existe um risco de desequilíbrio inerente aos activos correntes e aos passivos exigíveis.
FMP = 0	PMR > PMP	Liquidez desfavorável: a empresa paga mais rápido a seus fornecedores, quando comparado ao prazo de recebimento, assim é esperado que a empresa venha enfrentar grandes dificuldades
FMP = 0	PMR < PMP	Liquidez estável: apesar de empresa ter um fundo de maneo nulo, a situação é favorável devido a liquidez que a empresa apresenta ao receber dos clientes antes de pagar a fornecedores, nessa situação, maior rotação do activo poderá compensar

Fonte: elaboração própria com base em Bastardo & Gomes (1995)

Cenário 2: Fundo de maneo patrimonial maior que zero (FMP > 0)

O equilíbrio financeiro é verificado quando Fundo de maneo patrimonial é positivo, isto significa que os activos fixos são

financiados pelos capitais permanentes e os activos circulantes são financiados pelos passivos circulantes e capitais permanentes.

Para análise do Equilíbrio Financeiro, numa situação em que o FMP > 0, temos:

Quadro 2: Análise de equilíbrio financeiro para FMP > 0.

FMP	PMR e PMP	Situação de equilíbrio financeiro
FMP > 0	PMR = PMP	Liquidez Favorável: além da reserva de liquidez, o prazo de pagamento é igual ao prazo de recebimento, a empresa está em condições de cumprir com suas obrigações de curto prazo.
FMP > 0	PMR > PMP	Liquidez Instável: apesar da reserva de liquidez, o FMP pode não compensar a rotação do activo menor.
FMP > 0	PMR < PMP	Liquidez Altamente Favorável: a empresa reúne todos os elementos de liquidez desejável

Fonte: elaboração própria com base em Bastardo & Gomes (1995)

Cenário 3: Fundo de maneo patrimonial menor que zero (FMP < 0)

Quando o FMP < 0, não há equilíbrio financeiro visto que o grau de liquidez é

reduzido quando comparado a exigibilidade a curto prazo. Nesta situação, os capitais exigíveis a curto prazo estão a financiar elementos patrimoniais do activo fixo, que

apresenta uma capacidade de geração de dinheiro relativamente lenta.

Para análise do Equilíbrio Financeiro, numa situação em que o FMP <0, temos:

Fundo de Maneio	PMR e PMP	Situação de equilíbrio financeiro
FMP <0	PMR = PMP	Liquidez Desfavorável: Espera-se que a empresa enfrente grandes dificuldades.
FMP <0	PMR > PMP	Liquidez Altamente Desfavorável: além do Fundo de Maneio ser negativo, o prazo de cobrança é superior ao prazo de pagamento, o que significa que a empresa enfrenta grandes dificuldades na gestão de tesouraria, o risco de colapso é maior
FMP <0	PMR < PMP	Liquidez passível de não ocasionar dificuldades: a empresa precisa gerir o desfasamento do PMR e o PMP, reduzindo assim o CCC. A maior rotação do activo pode compensar

Fonte: elaboração própria com base em Bastardo & Gomes (1995)

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo baseou-se numa pesquisa descritiva, com finalidade de descrever o grau de alcance de equilíbrio financeiro, através do estabelecimento de relação entre as variáveis. Para o estudo foram selecionadas três grupos de variáveis, sendo o fundo de maneio e os rácios de liquidez as variáveis dependentes, os indicadores do ciclo de funcionamento as variáveis independentes e, as variáveis de controlo são compostas por rácios de financiamento e os rácios de rentabilidade. A pesquisa é de natureza aplicada, visto que objectiva gerar conhecimento para aplicação prática na problemática de equilíbrio financeiro, com recurso na pesquisa documental sob

paradigma positivista que está fundamentado em uma ontologia fundamentalista, isto é, acredita em verdades objectivas, independentes da percepção humana. O método escolhido, favoreceu na elaboração de uma linha de pesquisa com vista a alcançar os objectivos definidos, bem como responder a pergunta de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A base da recolha de dados foram as demonstrações financeiras, concretamente o balanço e a demonstração de resultados dos exercícios económicos de 2018 a 2020 da Mugas Services Lda.

Fundo de maneio

Quadro 3: Fundo de maneio.

Rubrica	2018	2019	2020
Capitais Permanentes			
Capital Próprio	42,310	41,302	30,530
Passivo de médio e longo prazo	3,720	3,383	13,030
Total dos capitais permanentes	46,030	44,685	43,560
Activo Fixo	30,700	30,097	28,800
Fundo de Maneio	15,330	14,588	14,760

Fonte: Elaboração própria

Segundo Mota (2013), um fundo de maneio positivo, significa que a empresa utiliza o

excesso dos capitais permanentes para financiar os activos correntes. Esse facto,

flexibiliza o melhor desempenho da empresa na execução de suas actividades. Assim, com os valores de fundo de maneio positivos obtidos no quadro acima, podemos dizer que a empresa tem facilidade de pagar as suas dívidas de curto prazo. Mas, para melhor análise da situação financeira da empresa, vai se conjugar os resultados deste indicador com demais indicadores abaixo.

Rácios de Liquidez

Segundo Matarazzo (2003), rácios de liquidez mede a solidez financeira de uma empresa a curto prazo, através da relação entre activos correntes e os passivos de curto prazo. Nunes (2009), por sua vez, acrescenta que este rácio visa essencialmente proporcionar ao analista uma visão sobre a capacidade da empresa cumprir os seus compromissos para com os seus credores no curto prazo.

- *Liquidez Geral*

A liquidez geral segundo Santos (2008), mede a capacidade que a empresa tem de honrar as suas obrigações de curto prazo com os activos de curto prazo, tendo como um valor desejável a atingir não inferior a

Quadro 4: Rácio de liquidez.

Rubrica	2018	2019	2020
Activo circulante	37,800	37,208	37,130
Passivo circulante	22,470	22,620	22,370
Liquidez Geral	1.68	1.64	1.66
Meios financeiros líquidos	14,400	11,550	10,700
Passivo circulante	34,485	33,863	33,030
Liquidez imediata	0.64	0.51	0.48

Fonte: elaboração própria

Segundo Silva (2012), o cálculo do rácio de liquidez geral parte do pressuposto de que os inventários são fáceis de transformar em meios líquidos a tempo de dar cobertura as obrigações de curto prazo. Sendo que a empresa actua na área de serviços, ela não dispõe de inventários, logo, não há necessidade de calcular a liquidez reduzida.

1. Esse indicador é importante para os credores, dado que apresenta a capacidade que a empresa tem de liquidar as suas dívidas de curto prazo. É dado pela fórmula:

$$Liquidez\ Geral = \frac{Activo\ de\ curto\ prazo}{Passivo\ de\ curto\ prazo}$$

- *Liquidez imediata*

A liquidez imediata apresenta a forma mais líquida que a empresa tem na sua tesouraria, não existe um limite usado como referência desejável. Segundo Neto (2010) pelo facto de as empresas não se sentirem atraídas a manter recursos monetários elevados em caixa, este indicador é normalmente baixo. Sendo que depende necessariamente das necessidades de tesouraria. Um valor elevado deste rácio pode significar desperdício de recursos, visto que pode se utilizar o excesso da liquidez em um activo que trará mais rendimentos para a empresa, porém, não pode ser inferior ou igual a zero, situação que demonstra défice de liquidez. É dado pela fórmula:

$$Liquidez\ Imediata = \frac{Disponibilidade}{Passivo\ de\ curto\ prazo}$$

Assim, os valores obtidos de 1.68, 1.64 e 1.66 para os três anos consecutivamente, todos acima de 1, significa que a empresa tem capacidade de pagar, com base nos seus activos, 168 mt, 164 mt e 166 mt para os três anos respectivamente, de cada 100 mt da dívida de curto prazo.

Indicadores do ciclo de funcionamento

- *Prazo médio de recebimento (PMR)*

Segundo Neves (2012), o PMR indica em dias ou meses, o período entre a venda ou prestação de serviços e o recebimento dos clientes. Para RAMOS (2019), em termos financeiros, quando este rácio é alto, torna-se desfavorável, evidenciando a insuficiência de poder negociação perante os seus clientes. Porém, isso não é linear, assim como pode aparentar uma tesouraria estável, pode também parecer uma medida de crédito indevidamente restritiva.

$$PMR \text{ (dias)} = \frac{\text{Saldo de Clientes}}{\text{Volume de Negócios} * (1+IVA)} * 360$$

- *Prazo médio de pagamentos (PMP)*

Segundo Ramos (2019), indica a velocidade com que a empresa costuma pagar as suas dívidas aos fornecedores.

Quanto menor for o valor, significa que o poder de negociação da empresa perante os seus fornecedores é baixo. Se for elevado, pode apresentar a dificuldade da empresa honrar com os compromissos financeiros.

$$PMR \text{ (dias)} = \frac{\text{Saldo de Clientes}}{\text{Volume de Negócios} * (1 + IVA)} * 360$$

Para analisar esses indicadores, não recorreremos à valores ideais, sendo que se baseia na confrontação entre ambos, no qual, o ideal é que o prazo médio de recebimento tenha que ser inferior ao prazo médio de pagamentos.

- *Ciclo de conversão de caixa*

Segundo Gitman (2010), corresponde ao tempo (dias) que a empresa espera para receber os valores correspondentes aos produtos vendidos que resulta da diferença entre o ciclo operacional e o PMP. É dado pela fórmula: $CCC = PMR + PMI - PMP$

Quadro 5: ciclo de funcionamento.

Rubrica	2018	2019	2020
Clientes e outras Contas a receber	23,400	25,658	26,430
Volume de Negócio	240,000	248,500	246,800
Prazo médio de recebimento (dias)	35	37	39
Fornecedores e outras contas a pagar	21,580	21,100	21,270
Custo das Vendas	190,000	199,100	208,020
Prazo médio de Pagamento (dias)	41	38	37
Ciclo de Conversão de Caixa (dias)	-6	-1	2

Fonte: elaboração própria

Com exceção do ano de 2020, o qual apresenta $PMR > PMP$, os dois anos anterior mostra bom posicionamento combinado do PMR e PMP, a empresa demora tanto a cobrar quanto a pagar, chegando a ficar mais de 30 dias a cobrar uma dívida, isso pode mostrar uma fragilidade nas políticas de gestão de créditos. Assim, sendo que melhor análise destes indicadores é com base no CCC, verificamos para os

exercícios de 2018 e 2020 o $CCC < 0$ e em 2020, o $CCC > 0$. De 2018 a 2020 notou-se um abrandamento das políticas de cobrança, com um PMR crescente e PMP decrescente. O que pode indicar que a empresa foi perdendo a sua capacidade de negociação com terceiros.

Rácios de financiamento

- *Rácio de Endividamento*

Mede o nível de utilização dos capitais alheios no financiamento das actividades da empresa. Segundo Baptista & Andrade (2006), é aconselhável que o rácio de endividamento não seja superior a 70%, assim quanto maior o rácio, maior é o risco financeiro. Esse rácio expressa o peso do capital alheio nos activos da empresa, e é dado pela fórmula:

$$\text{Rácio de Endividamento} = \frac{\text{Passivo Total}}{\text{Activo Total}}$$

Se o resultado do rácio for aproximado a 1, significa que existe um equilíbrio entre o capital próprio e capital alheio, quanto mais próximo de zero este rácio for, a empresa usa-se mais dos capitais próprios para financiamento de suas actividades, se o rácio for superior a 1 recorre-se mais ao capital alheio, o que aumenta o risco de crédito.

- *Estrutura de endividamento (EDE)*

Mostra a relação entre a dívida de curto prazo (passivo corrente) e a dívida total (passivo total) e é dado pela fórmula:

$$\text{EDE} = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Total}}$$

Quadro 6: Rácios de financiamento.

Rubricas	2018	2019	2020
Passivo total	26,190	26,003	35,400
Activo total	68,500	67,305	65,930
Rácio de endividamento	38%	39%	54%
Passivo circulante	22,470	22,620	22,370
Passivo total	26,190	26,003	35,400
Estrutura de endividamento	86%	87%	63%
Capital próprio	42,310	41302	30530
Activo total	68,500	67,305	65,930
Autonomia financeira	62%	61%	46%

Fonte: elaboração própria

Verificou-se um aumento do endividamento de 2018 a 2020 passando de 38% em 2018, para 39% em 2019 e 54% em

Se o resultado do rácio for aproximado a 1, significa que quase a totalidade da dívida da empresa é do curto prazo. Quanto mais afastado de 1 e do zero esse rácio for, significa que a empresa contrai dívidas tanto de curto prazo, quanto de médio e longo prazo. Por fim, quanto mais próximo esse rácio for de zero, significa que a empresa baseia-se na sua maioria em empréstimos de médio e longo prazo.

- *Autonomia Financeira (AF)*

Mede o nível de utilização dos capitais próprios no financiamento das actividades da empresa. É dado pela fórmula:

$$\text{Autonomia Financeira} = \frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Activo Total}}$$

Segundo Silva & Queirós (2013), autonomia financeira inferior a 20% corresponde a uma exposição excessiva a capitais alheios. Baptista & Andrade (2006), por sua vez, consideram que é aconselhável que este rácio seja não inferior a 30%. Para efeito deste trabalho, considerar-se-á a posição de Baptista e Andrade.

2020. O nível de endividamento é baixo, o que se encaixa ao valor desejável de Baptista & Andrade (2006), portanto,

apresenta riscos de crédito a nível muito baixo. Isso significa que 62% em 2018, 61% em 2019 e 46% em 2020, dos activos da empresa são financiados pelo capital próprio.

Os rácios de estrutura de endividamento mostra-nos como as dívidas estão estruturadas no que concerne aos prazos de pagamento, de acordo com o quadro, 86% da dívida de 2018, 87% em 2019, e 63% da dívida de 2020 é do curto prazo, evidenciando a pressão que a empresa sofre sobre a tesouraria. Assim, quanto maior for o endividamento de curto prazo maior é a pressão na tesouraria. No caso em estudo, verifica-se em todo o período em análise uma forte pressão de tesouraria, com enfoque para 2019 que 87% da dívida é de curto prazo.

Rácios de rendibilidade

Segundo Neves (2011) chama-se rácio de rendibilidade ao indicador, expresso em percentagem, da relação entre o resultado (lucro ou prejuízo) e as vendas ou uma grandeza de capital, existindo, portanto, vários indicadores de rendibilidade”.

- *Rendibilidade de Capital próprio*

Segundo Matarazzo (2003), rendibilidade do capital próprio (RCP), mostra o retorno dos capitais investidos na empresa. Segundo o autor, este indicador apresenta a

taxa de retorno do capital próprio da empresa, e é melhor, quanto maior o resultado do mesmo.

$$RCP = \frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Capital Próprio}}$$

- *Rendibilidade Operacionais das Vendas*

Mede a quantidade de rendimento operacional realizado para cada unidade de venda na empresa. Segundo Neves (2012), o rácio de rendibilidade operacional das vendas (ROV), traz-nos a relação existente entre o resultado operacional e as vendas ou com uma grandeza do capital próprio, e quanto maior o resultado, maior é a capacidade de a empresa obter resultados operacionais.

$$ROV = \frac{\text{Resultado Operacional}}{\text{Volume de Negócio}}$$

- *Rendibilidade do Activo (ROA)*

Este indicador serve para avaliar a eficiência e a capacidade de gestão dos activos detidos pela empresa em termos de produção de resultados financeiros. Assim quanto maior o valor do ROA, significa que a empresa está a ter uma boa performance na utilização dos seus activos

$$ROA = \frac{\text{Resultado Operacional}}{\text{Activo Total}}$$

Quadro 7: Rácio de rendibilidade.

Rubricas	2018	2019	2020
Resultado líquido	25,810	24,702	13,930
Capital próprio	42,310	41,302	30,530
Rendibilidade do capital próprio	61%	60%	46%
Resultado operacional	27,325	26,362	14750
Volume de Negócio	240,000	248,500	246,800
Rendibilidade operacional das vendas	11%	11%	6%
Resultado operacional	27,325	26,362	14750
Activo total	68,500	67,305	65,930
Rendibilidade Operacional do Activo	40%	39%	22%

Fonte: elaboração própria

Os resultados mostram-nos que dos três anos em análise, o ano 2018 teve maior retorno do capital investido com 61%, o que foi a decrescer para 60% em 2019 e 46% 2020. O que significa que para cada 100 meticais investidos pelos sócios, teve o retorno de 61, 60 e 46 meticais nos anos de 2018, 2019 e 2020. Os resultados obtidos ROV, indicam-nos que para cada unidade de venda em 2018 e 2019, 11% representa os resultados operacionais. E em 2020, essa percentagem cai para 6% dos resultados operacionais para cada unidade de venda. Assim como a rendibilidade operacional do activo (ROA) mede o lucro operacional gerado por cada unidade monetária de activo, neste caso, os resultados apresentados no quadro acima, nos dizem para o ano de 2018 a 2020, que cada 100 meticais do activo da empresa estão a gerar um lucro operacional de 40, 39 e 22 meticais respectivamente.

CONCLUSÕES

Pode-se levantar vários elementos que possam ajudar a verificar o grau de alcance do equilíbrio financeiro da Mugas Services, Lda., desde o fundo de maneo, aos rácios. Durante o período em análise, a Empresa apresentou um fundo de maneo positivo nos três anos, sendo 2018 com a melhor situação no valor de 15,330 mt, e o pior valor em 2019 fixados em 14.588 mt. Esta situação pode ser resultado de boas políticas de gestão, que faz com que a empresa continue com um fundo de maneo positivo, apesar da ligeira queda em 2019.

Nos rácios de liquidez, podemos claramente perceber que a empresa tem facilidade de pagar as suas obrigações de curto prazo, o que vai de encontro com Santos (2008), quando diz que a empresa apresenta uma boa liquidez se este valor for não inferior a 1. Durante o período em estudo, a empresa apresentou uma liquidez

geral superior a 1. Nos anos de 2018 e 2019, o CCC apresentou uma boa situação que esteve abaixo de zero, porem, em 2020 essa situação alterou, fixando-se acima de zero o que significa que neste ultimo, a política de crédito da empresa abrandou. Isso pode ter sido motivado pela eclosão da covid-19 que condicionou as actividades financeiras do mercado em geral.

Verificamos que os três anos em análise apresentam fundo de maneo positivo, sendo que em 2020 o $CCC > 0$, e em 2018 e 2019 o $CCC < 0$. Segundo Bastardo e Gomes (1995), podemos avaliar a empresa em uma situação de liquidez altamente favorável, para os anos de 2018 e 2019, pela premissa de que o $FM > 0$ e $PMR < PMP$. Para o ano de 2020, visto que, apesar de termos $FM > 0$, o $PMR > PMP$, logo, estamos numa situação de liquidez instável, o que significa que apesar da reserva de liquidez, o FMP pode não compensar a rotação do activo menor. A empresa deve procurar reforçar a política de gestão de crédito, bem como adoptar políticas que melhorem a rotação do activo nesse exercício económico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baptista, M., & Andrade, P. (2006) Organizações Desportivas: Um Contributo para uma Nova Atitude: Revista Povos e Culturas. Universidade Católica Portuguesa, 9ªed, Atlas.
- Bastardo, C., & Gomes, A. (1995) O Financiamento e as Aplicações Financeiras das Empresas: Lisboa: Texto Editora.
- Brandão, E. (2012) Finanças, 6ª ed., pp. 29-74.
- Carrilho, J. M.; Laureano, L.; Pimentel, L. V. & Prates, M. L. (2005),

- Elementos de Análise Financeira – Casos Práticos, Lisboa, Outubro.
- Casais, J. P. F. D, Plano geral de contabilidade - Normas internacionais de relato financeiro - em casos práticos, Minerva Press Editora. coleção Economia e Gestão.
- Esperança, J. P. & Matias, F. (2009), *Finanças Empresariais*. 2ª Edição.
- Gitman, L. J. (2009), *Principles of Managerial finance*, 12th ed.
- Gitman, L.J. (2010), *Princípios de Administração Financeira*, 12ª edição, tradução São Paulo.
- Inácio, M. A. C. (2013), *Equilíbrio Financeiro nas Sociedades Anónimas Desportivas – Estudo de caso comparativo de Quatro Sociedades*. [Dissertação de Mestrado não publicada] Universidade de Lisboa.
- Matarazzo, D. C. (2003), *Análise Financeira de Balanços: Abordagem Básica e Gerencial*. 6 ed. São Paulo, Atlas.
- Mota, E. (2013), *O Impacto da Gestão Financeira de Curto Prazo no Desempenho das Empresas - Análise ao Mercado Português*. [Dissertação de Mestrado não publicada] Faculdade de Economia do Porto.
- Nabais, C. & Nabais, F. (2011), *Prática financeira I: Análise económica & financeira*, 7ª ed, Lisboa.
- Neto, A. A. (2010) *Finanças Corporativas e Valor*, São Paulo: Atlas.
- Neves, J. C. (2004), *Análise Financeira. Técnicas Fundamentais*, 15ª ed., Texto Editores.
- Neves, J. C. (2011), *Avaliação e Gestão da Performance Estratégica da Empresa*, 2ª ed., Texto Editores.
- Neves, J. C. (2012), *Análise e Relato Financeiro: uma visão integrada de gestão*, 5ª ed., texto Editores.
- Nunes, M. A. L. A, (2009) *Equilíbrio Financeiro*, [Dissertação de Mestrado não publicada]. Instituto Superior de Ciências do trabalho e Pessoa.
- Oliveira, L. G. M. B. (2014) *A Gestão Financeira De Curto Prazo E O Equilíbrio Financeiro Do Grupo Derovo*. Instituto Politécnico De Coimbra.
- Padachi, K. (2006), *Trends in Working Capital Management and Its Impact on Firms Performance: An Analysis of Mauritian Small Manufacturing Firms*. *International Review of Business Research Papers*, 2(2).
- Pires, A. M. M. (2006), *Fundo de maneiio: importância enquanto variável a considerar para a determinação do valor da empresa*. *Revista TOC*. 7:77. p. 33-39.
- Ramos, E. C. G. P. (2019), *A gestão de tesouraria como factor crítico para a eficiência empresarial*. Instituto superior de administração do Porto.
- Relatório de contas da Mugas Services, lda., exercício económico de 2018.
- Relatório de contas da Mugas Services, lda, exercício económico de 2019.
- Relatório de contas da Mugas Services, lda, exercício económico de 2020.
- Sacool, A. Z. (2009), *Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração*. *Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria*. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273420378007> (8/2/2022)
- Santos, J. O. (2008), *Avaliação de empresas: cálculo e interpretação do valor das empresas*. São Paulo: Atlas.

- Silva, E. S. (2010), *Gestão financeira – Análise de fluxos financeiros*, 3ª edição, Porto: Vida Económica.
- Silva, E. & Queirós, M. (2013). *Análise de Investimentos em Ativos Reais Volume 1*, [Analysis Investments in Real Assets Volume 1] Vida Económica.
- Silva, L. D., Machado, L. & Soccol, A. (2012) *Método de pesquisa em administração – uma abordagem prática*, editora Unisinos. *Sistema de Contabilidade para o Sector Empresarial em Moçambique*, Plural Editora, aprovado pelo Decreto nº 70/2009, de 22 de Dezembro.